



## NOTA DAS ASSOCIAÇÕES DE PÓS-GRADUANDOS (APGs) PAULISTAS SOBRE O FUTURE-SE

A educação e a pesquisa brasileira vêm sofrendo com a precarização no decorrer dos últimos anos, passando pela emblemática emenda constitucional nº 95 até os cortes no ensino público anunciados pelo governo no primeiro semestre deste ano. Nós, pós-graduandos, já atuamos em condições de trabalho precárias, com dificuldades de recursos para nossas pesquisas, sem direitos previdenciários, com bolsas sendo cortadas e sem serem reajustadas desde 2013.

É nesse contexto de extrema precarização que o Ministério da Educação apresenta o Future-se (Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras), que nada mais é do que a oficialização do projeto de desmonte da universidade pública que vem sendo colocado pelo atual governo. O projeto para as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), que pretende modificar 17 leis, dentre elas a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), foi construído sem pedir a colaboração ou sem sequer consultar reitores e entidades representativas dessas universidades.

O projeto pretende colocar a gestão universitária sob responsabilidade de Organizações Sociais (OSs), criar um fundo a ser gerido por estas e abrir a possibilidade de doação de patrimônios da universidade a este fundo. Além disso, possibilita a cessão de funcionários para as OSs e também acaba com o regime de dedicação exclusiva dos servidores públicos, que poderão prestar serviço às empresas privadas com as quais a universidade estabelecer parceria. Esta parceria, que é eixo central do programa, é estabelecida como o instrumento para a captação de recursos e como forma de estabelecer a "autonomia" da universidade. Mas que autonomia é possível num contexto onde o financiamento é refém dos interesses privados?

Em resumo, o projeto tem caráter extremamente privatista e, ao contrário do que tenta vender, acaba com a autonomia universitária ao incentivar e expandir a entrada de capital

privado nas universidades. Afinal, quais universidades serão alvo do interesse privado? Somente àquelas capazes de gerar lucro. E quais pesquisas e cursos serão financiados por essas empresas privadas? Os recursos serão direcionados para aquelas áreas que atendem apenas aos interesses do capital. Estudos de base, de retorno a longo prazo, de formação cidadã e de pensamento crítico, projetos de extensão, entre outros, serão deixados à deriva, sem investimento. Áreas essas que são de extrema importância para soberania nacional, para atender às demandas da nossa sociedade e da classe trabalhadora.

Estamos caminhando para uma restrição do acesso à universidade e abrindo, cada vez mais, precedentes para a privatização completa do ensino público superior. Ao colocar esse projeto, o governo se isenta da sua responsabilidade de investir na educação pública. E, nesse contexto de desinvestimento e cortes, o caráter voluntário de adesão ao projeto passa a ter sentido meramente figurativo e passa a ter, efetivamente, um caráter impositivo.

As APGs paulistas que assinam esta nota, sabendo do prejuízo que esse projeto trará para a educação e pesquisa pública nacional, se colocam contra o projeto do Future-se para as Ifes e rejeitam, desde já, esse modelo para nossas universidades estaduais paulistas. Nos colocamos contra o desmonte do ensino público superior e em defesa da ampliação educação pública, gratuita, de qualidade e, de fato, para todos.

Reiteramos que essa luta não se restringe e não termina com a rejeição desse projeto. Precisamos estar constantemente mobilizados. Essa luta é de todos e deve ser todo dia. Nas nossas instituições, nas nossas entidades e organizações e nas ruas, junto com o povo brasileiro, pelos nossos direitos!

15 de agosto de 2019

APG Unifesp  
APG UFSCar  
APG USP Capital  
APG USP São Carlos  
APG USP Ribeirão Preto  
APG USP Piracicaba  
APG-ICB USP São Paulo  
APG PUC São Paulo  
Comissão Pró-APG Unicamp